

O ÍNDIO É TAMBÉM DONO DA TERRA?: A REPRESENTAÇÃO DO POVO INDÍGENA NO LIVRO DIDÁTICO DO 1º DO ENSINO FUNDAMENTAL

FABIANA DE SOUZA SANTOS XAVIER

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Culturas Africanas, da Diáspora, e dos Povos Indígenas da Universidade de Pernambuco- campus Garanhuns- PE, Brasil. E-mail: ffaabbiianna_lilas@hotmail.com

RESUMO

O presente trabalho busca fazer uma análise e descrever as representações sobre os povos indígenas, para isso utilizaremos o livro didático Projeto Ápis Interdisciplinar: Ciências, Geografia e história de Nigro, Simielll e Charlier (2017) da Editora Ática, que é adotado nas escolas básicas nas turmas de 1º ano do ensino fundamental. Analisaremos as ilustrações contidas no livro didático, realizando uma análise se os indígenas são representados com a visão colonial ou contemporânea. Analisaremos os possíveis impactos da Lei 11.645/08 neste material, considerando as possíveis mudanças ocorridas ou não mediante a Lei Reconhecemos que os manuais didáticos contribuíram para o silenciamento das minorias étnico-raciais. Desta forma o material didático deve fortalecer a percepção do estudante na construção das representações positivas dos povos indígenas evidenciando. Verificou-se que ainda encontramos a representação do indígena com a visão colonial, desta forma percebemos que o indígena é estereotipado de forma velada no livro didático.

Palavras-chave: Povos indígenas; livro didático; representação

INTRODUÇÃO

Quando mencionamos um recurso comum e acessível na educação básica pública, podemos citar o livro didático e os manuais ofertados gratuitamente pelo governo com intuito de aprimorar e ser uma referência para o ensino-aprendizagem do estudante. Os materiais didáticos no ensino são uma referência no trabalho em sala de aula em qualquer disciplina proposta, se tornando veiculadores do conhecimento de forma acessível para os estudantes da escola básica.

Nos últimos dias, os estudos e debate sobre os indígenas ganharam destaques nas matérias de jornais a respeito do marco temporal, no contexto da educação dos indígenas destacamos a elaboração da Lei 11.645, de 10 de março de 2008, que visa a implantação da inclusão da temática indígena na proposta curricular e nos materiais didáticos. Devemos destacar que a conquista da implementação da lei é resultado de um trabalho coletivo de muitos anos e de diversos setores, em destaque os povos indígenas.

Para possibilitar este trabalho, destacamos o *corpus*, mediante a análise de publicações e imagens ilustrações contidas no livro didático Projeto Ápis Interdisciplinar: Ciências, Geografia e história de Nigro, Simielll e Charlier (2017) do 1º ano do ensino fundamental, utilizados pelas escolas da rede pública municipal da cidade de Palmeirina, no estado de Pernambuco. Deste modo a metodologia foi desenvolvida uma pesquisa qualitativa, realizamos o levantamento de informações a partir de materiais coletado no livro didático escolhido, artigos, sites da Internet e em outras fontes escritas.

Este trabalho busca trazer como reflexão, como a temática indígena apresentada na cultura escolar, e se essa abordagem feita pelos conteúdos vivenciados em sala de aula contribuem para a compreensão da representação, cultura, imagens do indígena contribuindo para o despertar do estudante a buscar conhecer o indígena de forma fiel e sem uma abordagem preconceituosa, estereotipada e eurocentrista. Salienta-se a importância de averiguar se o indígena ainda é representado, nos dias atuais, como artesão, curandeiro, pescador, caçador e primitivos e apresentar uma análise crítica da desta representação. Como objeto de estudo deste trabalho, analisaremos como representação do indígena no livro didático Projeto Ápis Interdisciplinar: Ciências, Geografia e História de Nigro, Simielll e Charlier (2017) do 1º ano do ensino fundamental.

A representação do índio no Brasil

Na escola, nos deparamos com um discurso eurocentrista construído historicamente sobre os indígenas, muitos destes discursos abordam a temática indígena com algumas controvérsias de acordo com o contexto que foram descritos. Os indígenas da época colonial foram retratados na visão eurocêntrica pelos primeiros habitantes europeus que chegaram no Brasil, como habitantes inocentes, ingênuos, ora dóceis e ora selvagens, sendo passivos a catequização.

No século XV até o século XVI, iniciou-se o período das Grandes Navegações, também conhecidas como Expansão Marítima, deu-se o início ao processo de navegação ao Oceano Atlântico. Este período foi de grande importância, pois possibilitou o contato com vários povos de culturas diferentes. Neste período, o continente europeu vivenciou seu primeiro contato com os índios, com valores e culturas diferentes dos europeus, iniciando a descrição de forma fantasiosa a respeito dos indígenas por parte dos europeus.

Quando os europeus chegaram à terra que viria a ser o Brasil, encontraram uma população ameríndia bastante homogênea em termos culturais e lingüístico, distribuída ao longo da costa e na bacia dos rios Paraná – Paraguai. (FAUSTO, 2002, p. 37)

Para compreendermos o processo de colonização no Brasil, é necessário compreender a relação das Grandes Navegações e o “descobrimento” do Brasil. As condições econômicas, comerciais e geográficas eram favoráveis para Portugal iniciar as navegações. Desta forma, Portugal foi o pioneiro ao lançarem-se a navegação e exploração do Oceano Atlântico. Em decorrência disto, foram as descobertas de diversos lugares e rotas desconhecidas pelos europeus, propiciando um novo comércio. Todo esse curso foi favorável para a chegada da expedição portuguesa, liderada por Pedro Álvares Cabral ao Brasil em 1500. Com a chegada dos primeiros habitantes lusos em terras brasileiras, deu-se início a exploração, escravidão e extermínio de diversas culturas indígenas.

A ordem dos Jesuítas, fundada em 1534, por Santo Inácio de Loyola, reconhecida pelo Papa em 1540, sendo uma congregação religiosa, tinha como objetivo a missão catequista e educativa, embora a finalidade de Loyola não tinha a educação como intenção. Os jesuítas chegaram ao Brasil com uma missão evangelizadora e missionária entre os indígenas,

com intuito de “salvar almas” e convertê-los à doutrina cristã. Os colonizadores acreditavam que a catequização dos indígenas os tornariam mais dóceis, facilitando o aproveitamento de sua mão de obra.

No início, os europeus não aceitaram a humanidade dos nativos americanos, pois, diziam, “andavam nus, não tinham fé, nem lei nem rei”. Os índios foram inicialmente classificados como animais (bestas) e um grande debate intelectual ocorreu até que fossem declarados verdadeiros homens a partir de 1537, pela bula do Papa Paulo III. Depois disso e mesmo assim, entretanto, não foram considerados homens plenos porque entendidos como selvagens naturais. No geral, passaram pelo trato como mentalmente infantis, como se vivessem na natureza, movido apenas por instintos primitivos e incapazes da plenitude cultural (SOUZA, 2012, p. 26).

Além da missão religiosa dos jesuítas, eles tinham a intenção de alfabetizar os indígenas com o intuito de romper a oposição indígena e aculturá-los, impondo a cultura de acordo com os modelos portugueses. Sendo assim, o primeiro sistema educacional no Brasil foi implementado pelos jesuítas. O maior foco da educação jesuíta no Brasil era tornar os índios civilizados ao modo português.

Além da visão dos jesuítas em relação aos indígenas, podemos destacar os relatos do escrivo português, Pero Vaz de Caminha, ao chegar em terras brasileiras, encontrado no documento intitulado na literatura como a *“Carta Pero Vaz de Caminha”*, que observamos normalmente os trechos deste documento nos livros didáticos de História. O documento *“Carta Pero Vaz de Caminha”*, foi redigido em 1 de maio de 1500, em Porto Seguro, na Bahia; sendo considerado primeiro documento redigido no Brasil. A *“Carta Pero Vaz de Caminha”* foi redigida ao rei de Portugal na época, o Rei Manuel I (1469-1521). Nesta *“carta”* é descrito as primeiras impressões do território brasileiro pela ótica do escrivo revelando sua concepção eurocêntrica. A *“carta”* inclui muitos detalhes da chegada da expedição portuguesa em terras brasileiras, o contato com os indígenas e a realização primeira missa. Destacamos que a *“carta”* é o primeiro documento que faz menção dos indígenas no Brasil.

A feição deles é serem pardos, maneira de avermelhados, de bons rostos, bons narizes, bem feitos. Andam nus, sem cobertura alguma. Não fazem o menor caso de encobrir ou de mostrar suas vergonhas;{...} e nisso têm tanta inocência

como em mostrar o rosto [...] traziam os beijos de baixo furados e metidos neles seus ossos brancos e verdadeiros, do comprimento duma mão travessa, da grossura dum fuso de algodão, agudos na ponta como furador. Metem-nos pela parte de dentro do beijo; e a parte que lhes fica entre o beijo e os dentes é feita como roque de xadrês, ali encaixado de tal sorte que não os molesta, nem os estorva no falar, no comer ou no beber (CAMINHA, 2021, p.1).

Neste trecho da “Carta”, Pero Vaz de Caminha descreve as características físicas dos indígenas e ideias preconcebidas e generalizadas, expondo o estranhamento peculiar de culturas que se confrontaram, deixando entendível seu espanto ao se deparar com uma cultura exótica. A cor é descrita usando apenas uma palavra (pardos). Em relação às vestimentas, são descritas de maneira clara e breve (nus). A nudez dos indígenas é descrita com um comportamento inocente, mesmo ele enfatizando que nada cobria “suas vergonhas”, algo inimaginável na cultura portuguesa. As qualidades físicas são apontadas como *“bons rostos e bons narizes, bem-feitos”*. Nesse momento Caminha revela ideias preconcebidas e generalizadas sobre os nativos. A chegada dos portugueses no Brasil propiciou o encontro de dois mundos desiguais com símbolos, crenças, cultura e valores distintos. O imaginário europeu que podemos definir por meio de um conjunto de conceitos e representações de imagens que pertenciam à fictícia mente dos europeus, foi preconcebido de acordo com a observação do que era diferente durante as viagens marítimas.

Com a colonização, o imaginário destacou-se transmitindo uma variedade de representações. A partir disso, iniciaram a construção de várias representações dos indígenas. O indígena era considerado selvagem e inferior. Tais representações estavam carregadas de elementos que os discernia dos europeus.

O percurso do livro didático

O livro didático é uma ferramenta de grande importância, se tornando norteadora para alguns profissionais da área de educação básica. Desta maneira, o livro didático apresenta princípios ideológicos decorrentes das políticas públicas contemporâneas. No trecho abaixo, Silva faz um alerta sobre a presença significativa do livro didático como ferramenta pedagógica.

O livro didático ainda é nos dias atuais um dos materiais pedagógicos mais utilizados pelos professores, principalmente nas escolas públicas onde, na maioria das vezes,

esse livro constitui-se na única fonte de leitura para os alunos oriundos das classes populares. Também para o professor dessas escolas, onde os materiais pedagógicos são escassos e as salas repletas de alunos, o livro didático talvez seja um material que supre as dificuldades pedagógicas (SILVA, 2001, p. 19).

Ao apontar, de forma breve, a história do livro didático no Brasil, notamos que no decorrer de sua implementação não houve a participação dos diferentes segmentos sociais. A partir da década de 30, surge os manuais didáticos de história no Brasil, resultando nas primeiras políticas públicas desta disciplina. Em 1938, durante o Estado Novo, Instituto Nacional do Livro, o INL, foi instituída a Comissão Nacional do Livro, sendo responsável por fomentar e ampliar a produção do material didático em todo o país. Em 1970, o Brasil aderiu uma política de financiamento para compra do livro didático para as escolas, neste mesmo ano o INL foi extinto. Em 1985 por meio do decreto de nº 91.542 foi criado o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD). Entre 1995-96, a compra do livro didático se limitava até o atual 5º ano do ensino fundamental. Entre 1999-2005 os livros de história participaram do processo de avaliação que seriam destinados aos estudantes do ensino fundamental nos anos finais (BEZERRA&SILVA,2021). Atualmente, a implementação do livro didático nas escolas brasileiras é de responsabilidade do Programa Nacional do Livro didático, que é financiado pelo Fundo de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e administrado pelo (MEC).

O material didático combate o racismo?

Na escola, é que as crianças aprendem a maioria dos conceitos que farão parte de suas vidas. Desta forma, o material didático é muitas vezes o único recurso impresso acessível aos estudantes, principalmente os que são carentes e pertence a escola pública, esses recursos ajudarão os estudantes no processo de construção do conhecimento. Durante o ensino fundamental 1, é comum comemorar com os estudantes a data 19 de abril, como o dia do índio, com uma abordagem estereotipada, os estudantes tem suas faces pintadas e são feitos cocas de papel e o estudantes faz um barulho ao bater a palma da mão na boca. Desta forma, a imagem do indígena é retida na memória do estudante de forma restrita: o índio vivendo nas aldeias isolados na floresta em uma oca construída com palha e troncos de árvores, se alimentando de frutos que encontravam

na floresta e da caça e pesca com materiais rudimentares, andando desnudos e felizes no seu meio habitacional. Essa visão apresentada aos estudantes é uma visão folclorizada da figura do indígena brasileiro, restringindo suas contribuições na sociedade.

O livro didático de História continua sendo usado como uma ferramenta que visa criar um sentimento de cultura nacional através da supressão das diferenças de raça, etnia, crença e língua, além disso, geralmente apresenta o indígena como selvagem, atrasado, ingênuo e congelado no tempo em narrativas muito generalizantes e que demonstram visões estereotipadas e pautadas na ótica do colonizador. (ROSA, 2012, p. 151),

Quando participamos do processo da escolha do material didático da rede pública, é comum encontrarmos nestes materiais um discurso contra o racismo e preconceito, no entanto ao examinar cuidadosamente esses materiais, deparamos que existem dificuldades em discutir as diferenças culturais e étnicas dos indígenas na sociedade brasileira contemporânea. A história oficial do Brasil é contada numa perspectiva europeia, abreviando as contribuições dos indígenas na formação do povo brasileiro. Segundo a “história oficial do Brasil” contada nos manuais didáticos, as menções a respeito das contribuições indígenas é limitada em sua maioria aos conhecimentos das ervas (sendo considerados como curandeiros), do artesanato, algumas palavras da cultura indígenas usadas em nosso vocabulário, conhecimentos relacionados a caça e pesca empregada pelos indígenas na época da chegada dos portugueses. As referências a respeito de características peculiares é pouco ou nenhuma vez feito. Nestes manuais didáticos os indígenas apresentados como se fossem condenados a extinção ou a dominação europeia, omitindo menções se referindo à contemporaneidade dos mesmos.

Quando utilizamos esses materiais didáticos como único recurso para a apropriação do conhecimento dos nossos estudantes, estamos reforçando a conceituação colonial apresentada pelos nossos colonizadores, que concebe o indígena como subalterno, ingênuo e que detém de uma cultura atrasada. Essa conceituação foi difundida além dos materiais didáticos, em romances, poemas, crônicas de intelectuais da época e nos dias de hoje nas obras audiovisuais. A citação a seguir comprova tais afirmações:

O mundo do índio começou a desmoronar no momento do encontro com o branco. Este se considerava superior, dono da verdade, com direito sobre a terra, a liberdade e a própria vida do índio (...) Como se vê de uma forma ou de outra, os índios saíram perdendo em sua luta contra os portugueses. Hoje, os poucos que restam – cerca de 250.000 – tentam manter em suas mãos as poucas terras que ainda possuem!. (PILETTI; PILETTI, 1989, p. 28).

Entretanto, mesmo com essas representações folclorizadas e estereotipada apresentada nos manuais didáticos, é possível utilizar esse recurso didático de forma questionadora, apresentando uma visão crítica do material didático ajudando ao estudante a desenvolver um pensamento analítico e autônomo, caso seja a proposta do professor em sala de aula.

O indígena no livro didático do Projeto Ápis do 1º ano do ensino fundamental

Neste subtema, nosso objetivo é expor uma análise da obra: Projeto Ápis (Editora Ática) Interdisciplinar: Ciências, Geografia e história do 1º ano do ensino fundamental, de Nigro, Simiellll e Charlier (2017) sobre a perspectiva da utilização da condição indígena apresentada no livro didático. Nosso papel não é desqualificarmos a coleção no que se refere ao seu potencial. Nossa contribuição é sugerir outras maneiras de trabalhar a temática indígenas.

Optamos pelo livro do 1º ano do fundamental pois é utilizado pela pesquisadora deste artigo em seu ambiente escolar. O livro didático escolhido é repleto de ilustrações e textos que ajuda a despertar a curiosidade do estudante, a leitura está organizada de forma agradável para o público infantil.

Ao folhear as páginas do livro, observamos que nas atividades cotidianas apresentadas, o indígena, em sua maioria, não aparece nas ilustrações destas atividades, para deixar mais claro que atividades estamos nos referindo, citaremos algumas apresentadas no livro didático: nosso corpo, brincadeiras, como nos vestimos, nossas semelhanças e diferenças, respeitar a todos, do bebê ao adulto, passagem do tempo, atividades cotidianas e entre outras. Em sua maioria a figura do homem, mulher e crianças brancas são representados e secundariamente homem, mulher e crianças negras. Nas 168 páginas do livro didático, encontramos apenas seis ilustrações que citam o indígena ou algo relacionando a eles.

Nas orientações gerais do livro didáticos destinados aos professores, encontramos nas páginas XI e XII uma referência a História e cultura afro-brasileira e indígena.

1.4. História e cultura afro-brasileira e indígena

Em 9 de janeiro de 2003, foi assinada a Lei n. 10639/03, que instituiu a obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileira nas escolas do país. De acordo com essa lei, esses conteúdos devem constar, principalmente, nos programas dos componentes curriculares de Arte, História e Língua Portuguesa. Em 10 de março de 2008, a Lei n. 11645/08 reformulou o artigo 26-A, incluindo a obrigatoriedade do estudo da história e cultura dos povos indígenas, que também caracterizaram a formação da população brasileira.

História e cultura afro-brasileira

Estudar a história da África é reconhecer a existência de grupos sociais organizados e de reinos poderosos em muitas regiões do continente. É também conscientizar-se da importância do continente e de alguns povos para a formação de nosso país, nosso povo e nossa cultura.

O estudo da cultura afro-brasileira não se resume a danças, comidas e festividades. Diversas tecnologias foram aprimoradas pelos africanos, como é o caso da metalurgia do ferro, cujas técnicas são conhecidas milenarmente na África, bem antes do contato com os europeus.

A escola é local privilegiado para o estudo da relação entre a história e cultura africanas e a formação da sociedade brasileira. Com esse estudo, reconhecemos o valor de grupos sociais até então marginalizados da narrativa histórica, e contribuímos para superar o racismo e para refletir sobre as contradições e desigualdades de nossa sociedade.

Há, portanto, inúmeras maneiras de trabalhar as temáticas africana e afro-brasileira na sala de aula. É importante introduzir esses conteúdos cotidianamente, e não apenas em datas festivas, como o dia 13 de maio, quando é comemorada a abolição da escravidão, ou 20 de novembro, quando se comemora o Dia da Consciência Negra. Certamente, essas datas são importantes para refletirmos sobre a nossa própria história, porém, é urgente um trabalho permanente e criterioso.

História e cultura indígena

Antes da chegada dos portugueses em 1500, entre 3 e 5 milhões de indígenas ocupavam o território que mais tarde seria denominado Brasil. Cada povo indígena possuía seu sistema de crenças, sua língua, seus rituais, seu modo de trabalhar e sua organização social, fatores que evidenciam uma pluralidade cultural. Após 1500, no entanto, a história e a cultura dos povos indí-

genas devem ser estudadas em sua relação com a história mais ampla do Brasil. Não há como fazer um estudo sério da história do Brasil ignorando a história dos povos indígenas.

Ao tratar das populações indígenas na atualidade, é importante comentar que, na defesa de seus direitos, as lideranças indígenas buscam se organizar cada vez mais. De acordo com dados do Instituto Socioambiental, a criação das organizações indígenas promoveu o surgimento de novos líderes indígenas e de novas formas de aliança entre os povos. Há organizações indígenas vinculadas a uma só aldeia; outras conseguem unir diferentes aldeias; há, ainda, casos de organizações maiores, que firmam um tipo de representação política no plano regional.

2. Orientações metodológicas

2.1. O ensino de Ciências

Atualmente, já não se concebe mais o conhecimento científico como verdade absoluta. Dessa forma, o ensino de Ciências não deve mais ser visto como a memorização do livro ou como a transmissão de algum método rígido de observação, formulação de hipóteses, elaboração de experimentos e conclusões.

Diante do cenário da sociedade atual, o ensino de Ciências deve se preocupar não somente em trazer informações novas para os estudantes, mas em trabalhar com o que eles já sabem. Hoje, a educação deve levar em conta as experiências e os saberes que os estudantes já possuem. Por outro lado, é necessário proporcionar uma nova formação científica ao estudante, futuro cidadão consciente das relações entre ciência, tecnologia e sociedade, da necessidade de cuidar do ambiente e da sua própria saúde física e psíquica.

A nova perspectiva do ensino de Ciências levanta alguns questionamentos importantes.

- O que mais devemos ensinar se não somente informações?
- Como trabalhar com o que as crianças já sabem?
- Como proporcionar um ensino-aprendizagem de Ciências que não esteja reduzido à mera transmissão-recepção?

Como vários professores-pesquisadores estão envolvidos em conhecer melhor essas questões, algumas novas ideias vêm surgindo. Buscando formar o cidadão de forma integral, esses professores-pesquisadores entendem que os objetivos do ensino de Ciências devem ir além do processo de ensino e aprendizagem de certas concepções conceituais.

Fonte 1: Livro didático 1º ano (NIGRO et al, 2017, p. XI -XII)

No texto acima, quando os autores da obra fazem menção ao estudo da temática indígena, é evidenciado a importância de ser estudada essa temática e é afirmado que não se pode fazer um “estudo sério” da

história brasileira “ignorando a história dos povos indígenas.” No último parágrafo que é falado a respeito da temática, os autores afirmam que: “Há organizações indígenas vinculadas a uma só aldeia; outras conseguem unir diferentes aldeias (...)”. O texto menciona de forma genérica a habitação dos indígenas.

Os índios estão migrando para a cidade buscando o que falta na aldeia – como mercadorias e educação formal principalmente. O “mundo dos brancos” é representado por bens simbolicamente importantes: as mercadorias e a escola. Ir para a cidade significa escolarização, inserção no mercado de trabalho e, muitas vezes, casamentos interétnicos. (MELO, 2009, p.76)

A mudança dos indígenas para o espaço urbano reflete na busca de um novo mundo a esse grupo que buscam neste espaço urbano elementos que a aldeia não oferece, possibilitando uma reestruturação do seu modo de vida. A mudança para o espaço urbano possibilita uma alternativa econômica, desde a venda de artesanato oriundos da aldeia indígena a empregos formais e informais. Ao mudar-se para os centros urbanos, o indígena não perderá sua identidade de indígena.



Fonte 2: Livro didático 1º ano (NIGRO et al, 2017, p. 39)

Na ilustração acima, podemos observar quatro famílias diferentes. Uma família indígena composta aparentemente por cinco adultos e seis

crianças, uma família composta por mãe e seus dois filhos, uma família composta por pai, mãe e filhos e uma família composta por um casal homoafetivo e um bebê. A ilustração apresenta a formação da família brasileira, as legendas se limitam a citar as localidades das famílias não trazendo nenhuma terminologia das estruturas familiares. Destaca-se que mesmo a temática do subtítulo e da atividade proposta seja a formação familiar e a ilustração acima demonstra a diversidade da formação familiar, o que torna-se evidente a diversidade cultural das famílias, destacamos sua origem étnica.



Fonte 3: Livro didático 1º ano (NIGRO et al, 2017, p. 104)


Na ilustração acima podemos observar na primeira imagem um homem indígena do Parque Xingu com pinturas corporais ritualísticas, na segunda imagem há seis crianças indígenas aparentemente brincando no rio na aldeia Xavante e na terceira gravura há três crianças dentro de um barco (a legenda não deixa claro se essas crianças são indígena ou não, impossibilitando uma análise), no texto desta ilustração destacamos a parte do texto que relata que “nas florestas podem viver famílias com crianças, **povos indígenas (...)**” (negrito realizado pelos autores do livro didático). Primeiro criticamos a preservação do imaginário da sociedade que o mundo indígena se limita a aldeia e a floresta, e o mundo dos brancos se limita a cidade, visto que a temática do capítulo que a ilustração acima pertence é “Outros lugares de vivência”, porque representa o indígena apenas tendo seu habitat na floresta, porque não apresenta o indígena nos grandes centros urbanos vestidos com roupas sociais, eles também são indígenas e a centro urbano é também seu lugar de vivência.

A sociedade indígena passa por mudanças como qualquer outra sociedade e o imaginário da sociedade não consegue muitas vezes se libertar desta concepção indígena colonial.

Antes de os estudantes realizarem a atividade, questione-os sobre qual material foi utilizado na construção de cada telhado a fim de estimular a observação de imagens. Esse exercício também traz maior segurança aos estudantes no momento de relacionar as fotografias e as legendas.

AS PESSOAS QUE VIVEM NA FLORESTA RETIRAM DELA OS MATERIAIS PARA CONSTRUIR SUAS MORADIAS, CANOAS, REDES DE DORMIR E UTENSÍLIOS DE USO DIÁRIO. POR EXEMPLO, UMA MORADIA PODE SER FEITA DE DIFERENTES MATERIAIS, COMO FOLHAS, MADEIRA E BARRO.

3 LIGUE CADA MORADIA À SUA DESCRIÇÃO.



MORADIA COM TELHADO DE MADEIRA.

MORADIA COM PAREDES E JANELAS DE MADEIRA.

MORADIA COM TELHADO FEITO DE FOLHAS DE PALMEIRA.

MORADIA NA ALDEIA JOLOKOMÃ, TERRA INDÍGENA PARQUE DO TIMUCUMAGUE, NO ESTADO DO AMAPÁ.

MORADIA NO MUNICÍPIO DE BELTERRA, NO ESTADO DO PARÁ.

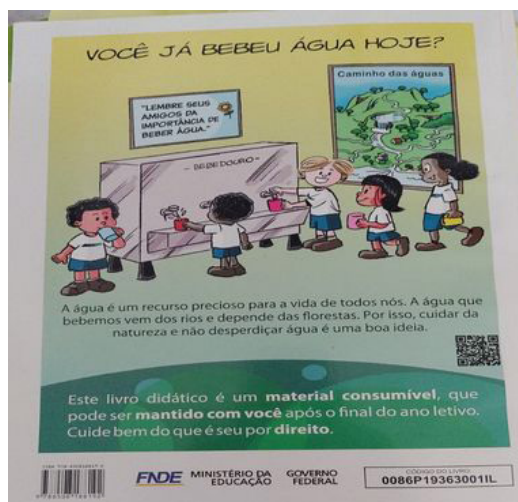
MORADIA NO MUNICÍPIO DE XAPURÍ, NO ESTADO DO ACRE.

104 UNIDADE 3

Fonte 4: Livro didático 1º ano (NIGRO et al, 2017, p. 106)

Na ilustração acima destacamos a imagem da primeira moradia, segundo a legenda é uma moradia indígena. Os autores dedicaram apenas uma imagem de toda a obra para indicar um tipo de moradia dos indígenas. Nesta página é apresentada a moradia dos Jolokomã, vale destacar que o tipo de moradia apresentado na figura acima não é o único modelo que podemos encontrar que são habitadas pelos indígenas. Desta forma, o estudante pode levar a conclusão de que toda casa indígena é de folhas de palmeira. Compreendemos a importância da atividade de retratar formatos diferentes de casas, mas é importante destacar que muitas aldeias são construídas com casa de alvenarias.

Torna-se necessário que os autores desse e de diversos livros usados nas escolas pelo Brasil afora, percebam a necessidade de se evidenciar que há vários tipos de culturas diferentes sem que nenhuma delas precise, necessariamente, ser taxada de melhor ou pior, evoluída ou atrasada, certa ou errada e daí em diante. (ROSA, 2012, p. 60).



Fonte: Livro didático 1º ano (NIGRO et al, 2017, p. contracapa)

Na ilustração acima, encontramos a menção em forma de desenho de uma criança indígena, aparentemente as crianças acima se encontram na escola e esta imagem faz referência a importância da água em nosso planeta. Em toda a obra, a maioria dos desenhos são representados por crianças negras e brancas. A imagem que é apresentada nos livros didáticos têm a função de instruir o estudante. A imagem acima nos mostra as relações sociais com crianças de etnias diferentes auxiliando na construção das representações sociais.

Os conteúdos apresentados no livro didático não estão elencados com o povo indígena contemporâneo. Por mais que as ilustrações utilizadas no livro didático sejam atuais, mas suas representações são concebidas ainda de uma visão eurocêntrica. O indígena ainda é apresentado de forma genérica sem fazer referência ao costume e cultura de forma singular e específica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os primeiros anos do estudante da escola básica, pode ser nomeado como desbravadores de conceitos. Esses conceitos apresentados aos estudantes nesta fase podem ser perpetuados em sua memória por muitos anos, o cuidado de não se apresentar conceitos preconcebidos devem ser observados no ensino e aprendizagem do estudante. Desta maneira concluímos por meio desta análise que os conteúdos apresentados no livro didático sobre a temática povos indígenas, ainda é insuficiente mediante

a expansão do debate da temática nos últimos anos. Ainda encontramos uma alusão europeia do indígena de forma velada. Os indígenas não são apresentados aos estudantes como percussores da formação do povo brasileiro, pelo contrário, parece que o indígena foi irrelevante para essa formação.

A escola é um espaço vital para cessar essas formas estereotipadas que o indígena é apresentado. Podemos começar abolindo o modelo de culminância do 19 de abril. O indígena não se limita a arco e flecha e nem pode ser representando anualmente como um sujeito primitivo estático. A comunidade escolar tem a responsabilidade e ir além daquilo que os livros didáticos retratam. Os estudantes do ensino fundamental 1 tem que aprenderem que o indígena não vive apenas na floresta e que são ingênuos e preguiçosos. Os indígenas têm valores semelhantes aos nossos. Quando a escola ensinar de maneira fiel que são os indígenas contemporâneo, o preconceito diminuir no meio da sociedade. Mas tem que se começar de algum lugar, nada melhor do lugar onde temos os primeiros conhecimentos sobre este povo.

REFERÊNCIAS

BEZERRA, Ricardo José Lima & SILVA, Tarcia Regina. **Invisibilidade, estereótipos, simplificações... Representações sobre os indígenas em uma coleção didática de história para o ensino fundamental.** Maceió, AL: Editora Olyver, 2021. Disponível em: <http://www.editoraolyver.org>. Acessado em 09 agos.2021

CAMINHA, Pero Vaz. **A carta de Pero Vaz de Caminha.** Biblioteca Nacional: RJ, Disponível: em: http://objdigital.bn.br/Acervo_Digital/Livros_eletronicos/carta.pdf, acesso em 20 set. 2021.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo – EDUSP, 2002.

MELO, Juliana. **Identidades fluidas: ser e perceber-se como Baré (Aruak) na Manaus Contemporânea.** 2009. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade de Brasília/UnB, Brasília, 2009, p. 76

MOREIRA, Maria Geralda de Almeida. **“Entre Silêncios E representações: História E Cultura indígena No Ambiente Escolar”.** *Revista*

*Polyphonia*24, no. 1 (fevereiro 24, 2015): 175–188. <https://www.revistas.ufg.br/sv/article/view/34131>. Acessado 29 set. 2021.

NASCIMENTO, Adir Casaro & VIEIRA, Carlos Magno Naglis. **“O Índio e o Espaço Urbano: Breves Considerações sobre o Contexto Indígena na Cidade”**. Cordis. História: Cidade, Esporte e Lazer, São Paulo, n. 14, p. 118-136, jan./jun. 2015.

NIGRO, R. G.; SIMIELLI, M. E.; CHARLIER, A. M. **Ápis Interdisciplinar: Ciências, Geografia e História, 1º ano: ensino fundamental, anos iniciais (manual do professor)**. 2. ed. São Paulo: Ática, 2017.

PAULA, Luís Roberto de. 2017. **Afirmção de direitos indígenas em contextos ampliados de interação social: referências bibliográficas e alguns problemas de investigação**. *ARACÊ – Direitos Humanos em Revista*, Ano 4, n. 5.

PILETTI, Nelson; PILETTI, Claudino. **História e Vida: da Pré-História à Independência**. Vol. 1. 21ª Ed. São Paulo: Ática, São Paulo, 1997.

ROSA, Mayara. **As Representações dos Índios no livro didático de História do ensino Fundamental (1ª ao 5ª ano) do Ensino Público de Campo Grande**. Dissertação (Mestrado) em Educação, Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande MS, 2012.

SILVA(a), Ana Célia. **Desconstruindo a discriminação do negro no livro didático**. Salvador: EDUFBA, 2001.

SOUZA, Eneida Maria de. **Crítica cult**. Belo Horizonte: UFMG, 2002.